

**ACTA N.º 2/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2014.**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira e onde compareceram os Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar e Francisco José Saturnino Cunha e ainda Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.

Verificando-se quórum, o Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas e trinta minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 23 de janeiro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 159.655,54

ATAS

Ata n.º 4/2013 de 9/12/2013 – O Presidente da Câmara pôs a ata à discussão. Não se registando qualquer proposta de alteração, foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara iniciou este período dando a palavra aos vereadores.

O Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção propondo uma Medalha de Mérito Desportivo Grau Ouro ao jogador da Casa do Xadrez de Alpiarça, Vitor Manuel de Oliveira Santos Ferreira, pelas classificações de relevo que tem obtido a nível individual. O Vereador Francisco Cunha a seguir apresentou um voto de protesto com vários pontos sobre diversa documentação que pediu e que ainda não lhe foi entregue. O Vereador Pedro Gaspar apresentou desculpas pelo seu atraso e iniciou a sua intervenção sobre o concurso já publicado em Diário da República para o Parque de Base Formativa e Recreativa de Alpiarça e apresentou vários requerimentos relacionados com esta obra agora posta a concurso. Apresentou depois um requerimento solicitando a conta corrente e ajustes diretos efetuados com o advogado Francisco Madeira Lopes. Por último apresentou um requerimento sobre a situação do

gradeamento da Casa dos Patudos.

O Presidente da Câmara respondendo disse que os senhores vereadores têm toda a liberdade e legitimidade para colocarem aqui as questões que quiserem, mas que ficava contente por os problemas de Alpiarça se resumirem às situações aqui trazidas por estes dois vereadores e lamentou a quantidade de pareceres jurídicos solicitados nos requerimentos apresentados e as barreiras que se estão a criar à contratação por parte da Câmara de Alpiarça, do advogado Francisco Madeira Lopes.

Relativamente à proposta de atribuição da Medalha de Mérito Desportivo apresentada pelo Vereador Francisco Cunha disse que viria a uma próxima reunião para votação.

Relativamente aos documentos que faltarão entregar a este Vereador, o Presidente da Câmara disse que irão sendo entregues à medida da disponibilidade dos serviços, carecendo alguma documentação de análise jurídica, antes de ser entregue ao Vereador, nomeadamente o que está relacionado com o Bar das Piscinas e com as AEC - Atividades de Enriquecimento Extra-Curricular, finalizou dizendo que há outra documentação solicitada pelo Vereador Francisco Cunha que a autarquia não a tem disponibilizada, pelo menos do modo como o senhor vereador pretende.

O Vereador Pedro Gaspar fez uma breve intervenção para precisar melhor o objeto dos seus requerimentos, dizendo que não era sua intenção bloquear os serviços jurídicos, sugeriu ao Executivo a possibilidade de atribuir bolsas de estudo a todos os alunos que cumpram os requisitos e não apenas ao número de alunos previstos no regulamento.

O Vereador Francisco Cunha frisou que não teria necessidade de entregar o seu protesto se atempadamente lhe entregassem a documentação pedida há algumas reuniões atrás e sobre a avença do advogado Francisco Madeira Lopes, disse que nada tem contra o advogado em questão e que apenas achou exagerado o valor contratado, atendendo à situação financeira do município e lamentou que algumas propostas suas não tenham sido trazidas às reuniões para votação.

O Presidente da Câmara relativamente à questão das bolsas de estudo prometeu trazer a alteração do respetivo regulamento a uma das próximas reuniões do Executivo. Sobre as propostas dos Vereadores que possam conter impacto financeiro significativo sobre o orçamento municipal disse manter a opinião que não deverão ser trazidas para votação, sob pena de colocar o programa da força política vencedora das eleições num

plano secundário, relativamente às outras duas forças políticas.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 – Município de Alpiarça – Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 a 30/11/2013. Informação Interna n.º 1/2014 - Secção de Compras.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação deste ponto. O vereador em causa informou que este ponto deriva do parecer genérico aprovado em reunião de câmara e todos os bens e serviços adquiridos ao abrigo deste parecer deverão vir mensalmente ao conhecimento do Executivo. Mais informou que havendo alguma acumulação de serviço no mês de dezembro vieram duas relações que constituem o primeiro e o segundo pontos desta reunião de câmara.

Foi dado conhecimento.

Ponto 2 - Município de Alpiarça – Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 01/12/2013 a 31/12/2013. Informação Interna n.º 2/2014 - Secção de Compras.

Foi dado conhecimento.

Ponto 3 – Município de Alpiarça – Conta da Empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”. Informação Interna n.º 98/2013, de 18 dezembro, Gabinete Técnico de Obras. Homologação.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao eng.º Portugal de Sousa para fazer o enquadramento deste ponto. O técnico disse que se trata da apresentação da Conta da Empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”, que já tinha vindo à reunião anterior, mas cujo ponto foi retirado por não conter a documentação que agora se anexa, nomeadamente: Resumo Geral da Conta de Empreitada, Adicionais ao Contrato, Mapa de Saldo das Quantidades de Trabalho e Revisão de Preços.

O Vereador Pedro Gaspar disse que toma como boas estas contas e perguntou se há alguma razão específica para o empreiteiro não ter reclamado revisão de preços, tendo sido esclarecido pelo mesmo técnico que houve apresentação de cálculo de revisão de

preços, mas não atingiu o coeficiente que de acordo com a Lei dá direito à referida revisão.

Posta à votação a homologação da Conta da Empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”, foi aprovada por maioria com as abstenções dos Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.

Ponto 4 – Município de Alpiarça - Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Venda e Colheita de Pinhas da Espécie Pinus Pinea, L. (Pinheiro Manso) – Hasta Pública – Edital.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira que explicou que já decorreu uma hasta pública para o mesmo efeito que ficou deserta, daí que se tenha de recorrer a nova hasta pública, até porque depois do termo da anterior hasta pública houve contactos de eventuais interessados. O Vereador Pedro Gaspar pediu alguns esclarecimentos sobre os procedimentos a adotar nesta hasta e se não haveria a possibilidade de utilizar a Plataforma Eletrónica para efetuar a mesma, tendo sido esclarecido pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que a referida plataforma apenas podia ser utilizada para compras.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Município de Alpiarça - Proposta n.º 1/VCP/2014 do Vereador Carlos Pereira - Curso Carnavalesco 2014 – Atribuição de subsídio.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira que disse tratar-se da atribuição de um subsídio de € 6.000 à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro, referente às atividades organizadas em colaboração com o Município na realização do Curso Carnavalesco de 2014 e não previstas no Plano Anual de Atividades.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria com abstenção do Vereador Pedro Gaspar.

Ponto 6 - Município de Alpiarça – Proposta n.º 2/VCP/2014 do Vereador Carlos Pereira- Curso Carnavalesco 2014 – Normas de Participação.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira que disse que as Normas de Participação no Curso Carnavalesco para 2014 são um pouco diferentes das dos últimos anos. A novidade este ano é que não haverá

apenas subsídios a atribuir a cada carro alegórico e grupos de mascarados mas também prémios monetários para os três primeiros carros alegóricos classificados e para o melhor grupo de mascarados.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria com abstenção do Vereador Pedro Gaspar.

O Presidente da Câmara informou que iria antecipar o período de intervenção do público, uma vez que o ponto seguinte era de carácter sigiloso por se tratar de um procedimento disciplinar e como tal o público presente terá de abandonar a sala antes da discussão do ponto.

PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Câmara deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa que fez uma intervenção sobre questões relativas ao tarifário da empresa Águas do Ribatejo e sobre a sessão pública de esclarecimento efetuada por esta empresa no Auditório Biblioteca Municipal de Alpiarça no passado dia 16.01.2014 e sobre o aumento dos preços que tem considerado excessivos, tendo obtido as necessárias respostas por parte do Presidente da Câmara.

Findo este período foi feito intervalo e todos os munícipes saíram da sala de modo a poder iniciar-se o último ponto da Ordem do Dia.

Ponto 7 - Município de Alpiarça – Processo Disciplinar ao funcionário Artur Guilherme Sampaio Costa Alves Cabreira.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão dizendo que este processo já tinha vindo a uma das últimas reuniões de câmara tendo sido então deliberado que o processo regressasse ao Gabinete Jurídico para analisar e informar e vem agora já instruído com um parecer que considera legítima a proposta do Instrutor do Processo de aplicação de uma pena de suspensão por sessenta dias. Usou da palavra o Instrutor do Processo, o técnico superior José Manuel Vaz Portugal de Sousa, que fez uma descrição dos trâmites seguidos pelo processo, confirmando como se pode ler no parecer jurídico que a decisão final caberá ao Executivo. Depois de usarem da palavra o Presidente da Câmara, os Vereadores Francisco Cunha, Pedro Gaspar e Carlos Pereira, o ponto foi a votação secreta, tendo sido aprovada a aplicação da pena de suspensão de sessenta dias proposta pelo instrutor, com três votos a favor e duas abstenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.